



MUNICÍPIO DE PINHEL

30 de Junho de 2015

INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

São aqui enunciadas informações e algumas situações que permitem dotar os órgãos competentes da situação económica e financeira intercalar, podendo ser efetuadas recomendações para efeitos de um maior rigor contabilístico, de um melhor controlo interno ou de uma melhor produção de informação para a gestão. De ressaltar que as situações aqui descritas são as que foram detetadas no decurso da execução dos procedimentos de auditoria adotados, a qual foi efetuada com o objetivo de emitir um relatório sobre a situação económica e financeira do período findo a 30 de Junho de 2015.



I - NOTA INTRODUTÓRIA

Procedemos à revisão analítica das demonstrações financeiras do Município, como referenciado ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015, bem como à análise das principais operações desenvolvidas pelo Município, sendo que o presente documento relata as situações que consideramos de maior relevância ao nível daquelas demonstrações financeiras.

Salientamos que o âmbito do trabalho teve como objetivo dar cumprimento ao estipulado na alínea d) do n.º 2 do art.º n.º 77 do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, Lei nº. 73/2013 de 03 de Setembro, sendo que as análises efetuadas consistiram essencialmente em indagação aos membros do órgão de gestão e do pessoal do Município, análise documental e em procedimento analíticos, o que proporciona menos segurança do que o trabalho realizado no âmbito de uma revisão/ auditoria.



II - PRESSUPOSTOS DA INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Dada a natureza da informação a preparar e divulgar a 30 de Junho de 2015, o Município conforme explica nas Notas Complementares às Demonstrações Financeiras procedeu a algumas correções, nomeadamente:

- Imputação de 50% das amortizações do exercício anterior;
- Imputação de 50% do valor de subsídios ao investimento imputado no exercício anterior;
- Consideração em custos com pessoal dos encargos com férias, subsídio de férias e subsídio de natal;
- Especialização de alguns custos/proveitos (impostos diretos, iluminação pública, consumos, etc) em contrapartida das contas de acréscimos de custos/proveitos;

Destaca-se que o Município apresentou Demonstrações Financeiras Intercalares no ano anterior, pelo que se verifica a comparabilidade com o período homólogo, tanto mais que no período comparativo também foram efetuadas as correções mencionadas no paragrafo anterior.

A especialização de resultados cingiu-se às operações de maior notoriedade e importância, sendo que o Município não tem efetuado nem nas contas anuais, nem nas intercalares especializações de rendas obtidas, participação de IRS e estimativa de IMI, situação que tem sido qualificada na Certificação Legal de Contas e Parecer sobre Contas Intercalares.

Não se questionou a possibilidade de ocorrência de outros riscos e encargos.

Recomendamos que sejam aprofundados os procedimentos de fecho com referência a 30 de Junho, designadamente quanto à base de acréscimo.

III - BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

BALANÇO

ATIVO	31/12/2013	31/12/2014	30/06/2015	Variação (Dez.13/Jun.15)		Variação (Dez.14/Jun.15)	
				Valor	%	Valor	%
IMOBILIZADO							
Bens de domínio público	29 868 351	27 887 974	26 945 045	(2 923 306)	-9,79%	(942 930)	-3,38%
	29 868 351	27 887 974	26 945 045	(2 923 306)	-9,79%	(942 930)	-3,38%
Imobilizações incorpóreas	1 500	1 500	1 500	0	0,00%	0	0,00%
	1 500	1 500	1 500	0	0,00%	0	0,00%
Imobilizações corpóreas	16 063 851	16 256 263	16 280 950	217 099	1,35%	24 687	0,15%
	16 063 851	16 256 263	16 280 950	217 099	1,35%	24 687	0,15%
Investimentos financeiros	332 872	934 814	934 814	601 943	180,83%	0	0,00%
	332 872	934 814	934 814	601 943	180,83%	0	0,00%
CIRCULANTE							
Existências	8 684	21 675	49 173	40 489	466,27%	27 498	126,87%
Clientes, contribuintes e utentes c/c	217 417	247 930	232 439	15 022	6,91%	(15 491)	-6,25%
Clientes, contr. e utentes cobr. duvidosa	0	2 209	2 209	2 209	100,00%	0	0,00%
Estado e outros entes públicos	36 286	6 024	15 292	(20 995)	-57,86%	9 268	153,84%
Outros devedores	4 208	8 880	157 123	152 915	3633,73%	148 243	1669,39%
	266 595	286 718	456 236	189 641	71,13%	169 518	59,12%
Depósitos bancários e caixa							
Depósitos bancários	947 506	1 182 811	1 633 392	685 886	72,39%	450 581	38,09%
Caixa	825	631	3 623	2 799	339,41%	2 992	474,03%
	948 330	1 183 442	1 637 015	688 684	72,62%	453 573	38,33%
Acréscimos e diferimentos							
Acréscimos de proveitos	29 372	34 359	18 638	(10 734)	-36,54%	(15 721)	-45,76%
Custos diferidos	31 018	23 934	5 712	(25 306)	-81,59%	(18 222)	-76,13%
	60 390	58 293	24 350	(36 040)	-59,68%	(33 943)	-58,23%
TOTAL DO ATIVO	47 541 889	46 609 005	46 279 910	(1 261 979)	-2,65%	(329 095)	-0,71%

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	31/12/2013	31/12/2014	30/06/2015	Variação (Dez.13/Jun.15)		Variação (Dez.14/Jun.15)	
				Valor	%	Valor	%
FUNDOS PRÓPRIOS							
Património	34 548 896	34 628 996	34 628 996	80 100	0,23%	0	0,00%
Reservas	519 901	519 901	519 901	0	0,00%	0	0,00%
Resultados transitados	(6 695 996)	(8 585 623)	(10 396 456)	(3 700 460)	55,26%	(1 810 833)	21,09%
Resultado líquido do exercício	(1 933 653)	(1 810 833)	(685 478)	1 248 176	-64,55%	1 125 355	-62,15%
TOTAL DO FUNDOS PRÓPRIOS	26 439 148	24 752 441	24 066 963	(2 372 185)	-8,97%	(685 478)	-2,77%
PASSIVO							
Provisões							
Provisões para riscos e encargos	1 850 964	3 411 551	3 897 751	2 046 787	110,58%	486 200	14,25%
	1 850 964	3 411 551	3 897 751	2 046 787	110,58%	486 200	14,25%
Dividas a terceiros - médio/longo prazo							
Empréstimos de médio / longo prazo	4 859 706	4 402 776	4 261 803	(597 902)	-12,30%	(140 972)	-3,20%
Fornecedores c/c	198 330	0	0	(198 330)	-100,00%	0	n.a.
Factoring	292 349	0	0	(292 349)	-100,00%	0	
FAM	0	510 524	467 981	467 981	100,00%	(42 543)	-8,33%
	5 350 385	4 913 300	4 729 785	(620 600)	-11,60%	(183 515)	-3,74%
Dividas a terceiros - curto prazo							
Empréstimos de curto prazo	399 266	404 234	1 198 820	799 554	200,26%	794 586	196,57%
Fornecedores	672 950	430 588	394 046	(278 904)	-41,44%	(36 542)	-8,49%
Fornecedores - facturas em recp. e conf	118 782	136 164	53 833	(64 949)	-54,68%	(82 330)	-60,46%
Clientes e utentes c/ caução	146 300	144 911	144 000	(2 300)	-1,57%	(911)	-0,63%
Fornecedores de imobilizado, c/c	133 259	328 299	47 399	(85 860)	-64,43%	(280 900)	-85,56%
Estado e outros entes públicos	81 355	96 231	175 473	94 118	115,69%	79 242	82,35%
Administração Autárquica	913	130 366	27 302	26 389	-11290,08%	(103 064)	-79,06%
Outros credores	336 455	474 755	423 859	87 404	25,98%	(50 897)	-10,72%
	1 889 280	2 145 548	2 464 733	575 452	30,46%	319 184	14,88%
Acréscimos e diferimentos							
Acréscimos de custos	525 190	540 667	606 999	81 809	15,58%	66 332	12,27%
Proveitos diferidos	11 486 922	10 845 498	10 513 680	(973 242)	-8,47%	(331 818)	-3,06%
	12 012 112	11 386 164	11 120 678	(891 433)	-7,42%	(265 486)	-2,33%
TOTAL DO PASSIVO	21 102 741	21 856 564	22 212 947	1 110 206	5,26%	356 383	1,63%
TOTAL DO FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	47 541 889,43	46 609 005	46 279 910	(1 261 979)	-2,65%	(329 095)	-0,71%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

<u>PROVEITOS E GANHOS</u>	30/06/2014	30/06/2015	Variação (Jun.14/Jun.15)	
			Valor	%
PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS				
Vendas	137 522	141 958	4 436	3,23%
Prestações de serviços	162 177	186 630	24 453	15,08%
Impostos e taxas	865 974	893 066	27 092	3,13%
Proveitos suplementares	4 597	4 597	0	0,00%
Transferências e subsídios obtidos	3 682 970	3 801 694	118 724	3,22%
Total dos proveitos e ganhos operacionais	4 853 239	5 027 945	174 706	3,60%
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	207 682	206 268	(1 414)	-0,68%
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORD.	382 339	368 129	(14 211)	-3,72%
Total dos proveitos	5 443 260	5 602 341	159 081	2,92%

<u>CUSTOS E PERDAS</u>	30/06/2014	30/06/2015	Variação (Dez.14/Jun.15)	
			Valor	%
CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS				
Custo das mercadorias e matérias-primas		10 196	10 196	100,00%
Fornecimentos e serviços externos	1 443 188	1 403 233	(39 955)	-2,77%
Custos com pessoal	1 688 735	1 795 834	107 098	6,34%
Transf. e subs. corr. conc. e prest. sociais	330 153	227 879	(102 275)	-30,98%
Amortizações	1 622 397	1 577 839	(44 558)	-2,75%
Provisões	567 496	486 200	(81 296)	-14,33%
Outros custos e perdas operacionais	342 141	615 960	273 819	80,03%
Total dos custos e perdas operacionais	5 994 111	6 117 140	123 029	2,05%
CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS	30 794	32 305	1 511	4,91%
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	394 590	138 375	(256 216)	-64,93%
Total dos custos	6 419 495	6 287 819	(131 676)	-2,05%
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(976 235)	(685 478)	290 757	-29,78%
TOTAL	5 443 260	5 602 341	159 081	2,92%

Resultados operacionais:	(1 140 872)	(1 089 195)	51 677	-4,53%
Resultados financeiros:	176 888	173 963	(2 925)	-1,65%
Resultados correntes:	(963 984)	(915 232)	48 752	-5,06%
Resultados extraordinários	(12 251)	229 754	242 005	-1975,44%
Resultado líquido do exercício:	(976 235)	(685 478)	290 757	-29,78%



IV - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

ATIVO

O ativo líquido do Município registou uma variação negativa de 0,71% (329.095€) relativamente a 31-12-2014, essencialmente devido à diminuição da rubrica de imobilizado, em consequência das depreciações superarem o investimento realizado.

Salienta-se que as rubricas de bens de domínio Público e imobilizações corpóreas representam respetivamente 58% e 35% do total do ativo a Junho de 2015, mantendo uma estrutura idêntica aos períodos de 2014 e 2013 onde estas rubricas representaram também cerca de 96% do Ativo.

Os principais aumentos destas rubricas no semestre são referentes a imobilizações em curso de bens de domínio público, num total de 380.074€, com destaque para os seguintes investimentos:

- Pavimentação Arruamento Arco - 39.167€;
- Regeneração Urbana da Cidade de Pinhel - 104.576€;
- Pavimentação de Arruamentos na Zona Industrial - 42.003€;
- Pavimentação Rural no Barregão - 146.679€;
- Ampliação de Cemitérios - 29.751€;

Em termos de investimentos financeiros não existe variação nos registos contabilísticos face a 31-12-2014. Em relação a 31-12-2013 o aumento desta rubrica está sobretudo relacionado com o registo em 31-12-2014 do Fundo de Apoio Municipal (595.611€).



PASSIVO

Em relação ao passivo, o mesmo aumentou 356.383€ (1,63%) face a 31-12-2014 e 1.110.206€ (5,26%) face a 31-12-2013.

Este aumento é essencialmente justificado pelo aumento da rubrica de empréstimos bancários (utilização de um empréstimo de curto prazo de 800.000€ e de cerca de 52.000€ de empréstimo de médio e longo prazo) e aumento das provisões em cerca de 486.200€, decorrente da contabilização das faturas das Aguas do Zêzere e Côa do primeiro semestre de 2015.

Por outro lado, as dividas a terceiros de curto-prazo diminuíram, sobretudo devido à diminuição da divida aos fornecedores de imobilizado, à administração autárquica e aos outros credores.

FUNDOS PRÓPRIOS

De acordo com as contas de 31-12-2014 e 30-06-2015 a conta 51 - Património evidencia um saldo de 34.628.996 €, o que corresponde a cerca de 74,30% e 74,83% respetivamente do ativo líquido de 2014 e Junho de 2015.

Esta situação encontra-se em cumprimento com o previsto no ponto 2.7.3.4 do POCAL.

O resultado líquido de 2014 que se cifrou em 1.810.833€ negativos foi aplicado em resultados transitados.



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

No que diz respeito ao resultado líquido do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015, o mesmo sofreu passou de 976.234€ negativos em 30/06/2013 para 685.478€ negativos, tendo aumentado em 290.757€.

Os custos e perdas operacionais sofreram um aumento de 123.029€ sobretudo devido aos aumentos das rubricas de pessoal e outros custos e perdas operacionais.

Por outro lado, as rubricas de transferências e subsídios correntes diminuíram cerca de 102.000€ e as provisões diminuíram cerca de 81.000€.

A rubrica de custos e perdas extraordinárias apresenta também uma diminuição significativa de 256.216€ (-65% face ao período homologado), devido sobretudo à diminuição das transferências para as freguesias e porque em 2013 foi registada uma perda em imobilizações de 115.000€ que em 2015 não ocorreu.

Em termos de proveitos todas as rubricas operacionais apresentam aumentos, num total de 274.706€ (variação de 3,60% face ao ano anterior).

Os proveitos e ganhos financeiros e extraordinários diminuíram, tratando-se contudo de variações não significativas.

ANÁLISE FINANCEIRA

Em termos financeiros, passamos a evidenciar a evolução do Município:

RÁCIO / ÍNDICE	FORMULA	31-12-2013	31-12-2014	30-06-2015
Liquidez Geral	$\frac{\text{Activo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	64,31%	68,52%	84,93%
Liquidez Reduzida	$\frac{(\text{Activo Circulante} - \text{Existências})}{\text{Passivo Circulante}}$	63,85%	67,51%	82,93%
Liquidez Imediata	$\frac{(\text{Depósitos em Instituições Financeiras} + \text{Caixa})}{\text{Passivo Circulante}}$	50,20%	55,16%	66,42%
Endividamento	$\frac{\text{Passivo}}{\text{Ativo}}$	44,39%	46,89%	48,00%
Autonomia Financeira	$\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Ativo}}$	55,61%	53,11%	52,00%
Grau de Cobertura do Imobilizado	$\frac{(\text{Fundos Próprios} + \text{Dividas a Terceiros de Médio e longo Prazo})}{\text{Imobilizado Líquido}}$	68,71%	65,81%	65,21%
Peso dos Custos com Pessoal nos Custos Operacionais	$\frac{\text{Custos com Pessoal}}{\text{Custos Operacionais}}$	25,29%	28,04%	29,36%
Dívidas a terceiros por habitante	$\frac{\text{Dívidas totais a pagar}}{\text{N.º de habitantes}}$	752,02	733,23	747,33

Da análise efetuada em termos de liquidez geral e de liquidez reduzida verifica-se que estes rácios sofreram uma variação positiva significativa, passando de cerca de 64% em 2013 para cerca 85% e 83% em 30 de Junho de 2015. Esta variação foi devida essencialmente ao aumento do ativo circulante e diminuição do passivo circulante.

Em termos de liquidez imediata verifica-se que o grau de cobertura do passivo circulante pelas disponibilidades é de 66,42% em 30 de Junho. Este rácio aumentou face aos anos anteriores, sendo de referir que esta variação ficou a dever-se sobretudo ao aumento da rubrica de disponibilidades.



Quanto ao rácio de endividamento verifica-se que tem uma tendência estável ao longo dos períodos fixando-se em cerca de 46%, significando que o total do ativo é financiado nessa percentagem por capitais alheios. A razão para este rácio ser tão baixo prende-se em parte com a aplicação do POCAL que exigiu que o Município de Pinhel tivesse efetuado uma avaliação do património e consequentemente tal montante tenha sido registado nas rubricas de imobilizações e fundos próprios, traduzindo implicitamente um financiamento do ativo com recurso a fundos próprios.

No que diz respeito à estrutura de endividamento verifica-se que apenas 11% do passivo é de curto prazo, uma vez que este passivo é maioritariamente composto por proveitos diferidos referentes a subsídios ao investimento.

Em termos de peso dos custos com pessoal no total dos custos operacionais a tendência tem sido crescente, fixando-se em 29% do total dos custos operacionais em 30 de Junho de 2015 devido também em parte à integração dos funcionários da empresa Municipal.

Em relação ao rácio de dívida total por habitante constata-se que o mesmo se situa em valores médios dos ocorridos em 2013 e 2014, sendo a média dos três períodos de 744€/habitante (n.º de habitantes retirados dos Censos de 2011 – 9.267 habitantes).



V - ANÁLISE À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A análise da execução orçamental com referência ao período em apreço é realizada comparando os montantes executados com o orçamento semestral o qual corresponde a um rateio de 50% do valor orçamentado para o ano de 2015. Saliente-se no entanto que este método de afetação orçamental para o semestre não tem em consideração a sazonalidade das receitas e despesas, assim como qualquer item não recorrente que apenas ocorra em determinado período de tempo.

Com referência a 30 de Junho de 2015 a execução orçamental do Município pode ser analisada como se segue:

EXECUÇÃO DE DESPESA	Valor	%	EXECUÇÃO DE RECEITA	Valor	%
DESPESAS CORRENTES	4 104 945	86,33%	RECEITA CORRENTE	4 954 150	103,54%
DESPESAS CAPITAL	1 613 583	46,59%	RECEITA CAPITAL	2 189 440	40,71%
TOTAL	5 718 528	69,58%	TOTAL	7 143 590	91,88%

Em termos globais e aritméticos, a execução orçamental do Município de Pinhel com referência a 30 de Junho de 2015, apresenta-se positiva, tendo em conta que a execução da receita total (91,88%) é superior à execução da despesa total (69,58%). Contudo, a execução encontra-se na sua generalidade abaixo do orçamentado.

Chama-se a atenção que para efeitos do n.º 3 do Art.º 56 da lei 73/2013 de 3 de Setembro, caso o Município apresente em dois anos consecutivos uma taxa de execução de receita inferior a 85% do previsto no orçamento são desencadeados mecanismo de alerta definidos naquele artigo.

CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 30 de Junho de 2015, a receita executada ficou abaixo do orçamento efetuado (desvio de cerca de -8%).

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2015					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.	PESO %
01 Impostos directos	922 200	461 100	639 400	-178 300	138,67%	8,95%
02 Impostos indirectos	88 350	44 175	79 484	-35 309	179,93%	1,11%
04 Taxas, multas e outras penalidades	535 500	267 750	220 771	46 979	82,45%	3,09%
05 Rendimentos da propriedade	425 300	212 650	196 279	16 371	92,30%	2,75%
06 Transferências correntes	6 921 054	3 460 527	3 449 695	10 832	99,69%	48,28%
07 Venda de bens e serviços correntes	670 800	335 400	368 366	-32 966	109,83%	5,16%
08 Outras receitas correntes	6 300	3 150	155	2 995	4,92%	0,00%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	9 569 504	4 784 752	4 954 150	-169 398	103,54%	69,34%
09 Venda de bens de investimento	656 500	328 250	12 772	315 478	3,89%	0,18%
10 Transferências de capital	3 625 283	1 812 642	351 999	1 460 643	19,42%	4,93%
12 Passivos financeiros	1 700 000	850 000	852 863	-2 863	100,34%	11,94%
13 Outras receitas de capital	200	100	0	100	0,00%	0,00%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	5 981 983	2 990 992	1 217 635	1 773 357	40,71%	17,04%
15 Rep. não abatidas nos pagamentos	1 000	500	1 087	-587	108,74%	0,02%
16 Saldo da gerência anterior	971 805		971 805			13,60%
TOTAL OUTRAS RECEITAS	972 805	500	972 892	-972 392	194578,47%	13,62%
TOTAL DA RECEITA	16 524 292	7 776 244	7 144 677	631 566	91,88%	100,00%

As receitas com mais peso contempladas no orçamento são essencialmente as receitas de impostos (representam 5,58% do total das receitas), transferências correntes (representam 41,88% do total das receitas), as transferências de capital (representam 21,94% do total das receitas) e os passivos financeiros (representam 10,29% do total das receitas).

Podemos também verificar que as receitas de impostos directos e indirectos, a venda de bens e serviços correntes e a utilização de passivos financeiros ficaram acima do montante orçamentado.

Analisando as principais rubricas com mais detalhe temos:

Impostos Diretos

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2015					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.	PESO %
Impostos Municipais Sobre Imóveis (IMI)	650 000	325 000	498 423	-173 423	153,36%	77,95%
Imposto Único de Circulação (IUC)	195 000	97 500	92 378	5 122	94,75%	14,45%
Imposto Municipal Sobre Transmissões (IMT)	77 000	38 500	48 599	-10 099	126,23%	7,60%
Outros Impostos	200	100	0	100	0,00%	0,00%
Total	922 200	461 100	639 400	-178 300	138,67%	100,00%

No que diz respeito aos impostos diretos, o detalhe evidenciado no quadro acima permite-nos concluir que a taxa de execução ascendeu a 139%, principalmente justificada pela execução da receita relativa a IMI. De referir que a prestação de Abril (recebida em Maio) representa a maior prestação do ano.

O IUC apresentam uma execução sem desvios significativos face ao ano anterior.

Em termos de IMT a execução cifra-se em 126,23%, sobretudo devido ao aumento das transações.

Impostos Indiretos

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2015					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.	PESO %
Mercados e Feiras	100	50	0	50	0,00%	0,00%
Loteamento e Obras	11 000	5 500	1 986	3 514	36,11%	2,50%
Ocupação da via pública	400	200	564	-364	282,13%	0,71%
Publicidade	650	325	177	148	54,45%	0,22%
Saneamento	75 000	37 500	76 167	-38 667	203,11%	95,83%
Outros Impostos	1 200	600	590	10	98,26%	0,74%
Total	88 350	44 175	79 484	-35 309	179,93%	100,00%

Salientamos a execução de 203,11% na rubrica de saneamento, decorrente sobretudo do aumento das taxas no ano anterior.

Nas restantes rubricas não se verificam montantes nem desvios significativos.

Taxas e Multas

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2015					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.	PESO %
Taxas	509 800	254 900	200 685	54 215	78,73%	90,90%
Multas e Outras Penalidades	25 700	12 850	20 085	-7 235	156,31%	9,10%
Total	535 500	267 750	220 771	46 979	82,45%	100,00%

A rubrica das taxas está abaixo do previsto, sobretudo porque os mercados tem tido pouca afluência.

Transferências Correntes

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2015					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.	PESO %
Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras	100	50	0	50	0,00%	0,00%
Administração Central	6 907 754	3 453 877	3 449 695	4 182	99,88%	100,00%
Segurança Social	13 100	6 550	0	0	0,00%	0,00%
Famílias	100	50	0	0	0,00%	0,00%
Total	6 921 054	3 460 527	3 449 695	10 832	99,69%	100,00%

No que diz respeito às receitas das transferências correntes a sua execução encontra-se quase idêntica ao orçamentado uma vez que apresentam um caracter regular ao longo do ano.

Dentro das receitas da Administração Central destaca-se o Fundo de Equilíbrio Financeiro que a 30 de Junho representava uma receita de 3.449.695€.

Venda de Bens e Serviços Correntes

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2015					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.	PESO %
Vendas de bens	327 000	163 500	157 432	6 068	96,29%	42,74%
Serviços	320 700	160 350	197 240	-36 890	123,01%	53,54%
Rendas	23 100	11 550	13 694	-2 144	118,57%	3,72%
Total	670 800	335 400	368 366	-32 966	109,83%	100,00%

O grau de execução destas receitas situa-se em cerca de 109,83%, sendo o desvio sobretudo explicado pelas vendas de serviços. Algumas das receitas incluídas nesta rubrica económica



eram receitas da empresa municipal, sendo atualmente cobradas diretamente pelo Município (ex.: férias desportivas, etc).

Transferências de Capital

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2015					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.	PESO %
Sociedades e quase- sociedades não financeiras	100	50	0	50	0,00%	0,00%
Administração central	3 625 183	1 812 592	351 999	1 460 593	19,42%	100,00%
Total	3 625 283	1 812 642	351 999	1 460 643	19,42%	100,00%

Relativamente às transferências de capital o não cumprimento do orçamento está associado ao não recebimento dos financiamentos acordados com entidades estatais (nomeadamente FEDER) relacionados com os investimentos em curso, nomeadamente bens de capital. A 30-06-2015 o Município tem pedidos de pagamentos efetuados em 2011, 2012, 2014 e 2015 no montante de 452.238€, que aguarda o recebimento.

Esta receita está diretamente ligada à despesa em bens de capitais que apresenta uma execução baixa (cerca de 47%).

Passivos Financeiros

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2015					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.	PESO %
Empréstimos a curto prazo	800 000	400 000	800 000	-400 000	200,00%	93,80%
Empréstimos a Médio/longo prazo	900 000	450 000	52 863	397 137	11,75%	6,20%
Total	1 700 000	850 000	852 863	-2 863	100,34%	100,00%

Em termos de passivos financeiros a empresa utilizou a totalidade do empréstimo de curto-prazo orçamentado (800.000€) e utilizou também parte do montante contratado em empréstimo de médio e longo prazo. Este empréstimo de 900.000€ tem as utilizações repartidas por investimentos em diversas obras, sendo que até Junho de 2015 apenas foi libertado o montante relativo a uma das sete obras previstas.

Salienta-se que os empréstimos de curto-prazo, dado serem dívida flutuante, de acordo com o n.º 1 do Art.º 50 da Lei 73/13, têm de ser reembolsados até ao final do exercício económico em que foram contratados, neste caso, até final de 31/12/2015.

CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 30 de Junho de 2015, a despesa executada ficou abaixo do orçamento efetuado em cerca de 2.499.574€ (desvio de cerca de -30%).

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de Junho de 2015					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.	PESO %
01 Despesas com o pessoal	3 464 425	1 732 213	1 668 018	64 195	96,29%	29,17%
02 Aquisição de bens e serviços	5 323 780	2 661 890	2 117 789	544 101	79,56%	37,03%
03 Juros e outros encargos	74 650	37 325	30 619	6 706	82,03%	0,54%
04 Transferências correntes	518 200	259 100	249 230	9 870	96,19%	4,36%
06 Outras despesas correntes	128 350	64 175	39 290	24 885	61,22%	0,69%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	9 509 405	4 754 702	4 104 945	649 757	86,33%	71,78%
07 Aquisição de bens de capital	5 200 050	2 600 025	1 222 558	1 377 467	47,02%	21,38%
08 Transferências de capital	521 750	260 875	191 775	69 100	73,51%	3,35%
10 Passivos financeiros	1 205 000	602 500	199 250	403 250	33,07%	3,48%
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	6 926 800	3 463 400	1 613 583	1 849 817	46,59%	28,22%
TOTAL DA DESPESA	16 436 205	8 218 102	5 718 528	2 499 574	69,58%	100,00%

As despesas com mais peso contempladas no orçamento são essencialmente as despesas com o pessoal (representam 29,17% do total das despesas), a aquisição de bens e serviços (representam 37,03% do total das despesas) e as aquisições de bens de capital (representam 21,38% do total das despesas).

Podemos verificar que todas as despesas ficaram abaixo do montante orçamentado.

Analisando as principais rubricas com mais detalhe temos:

Despesas com o pessoal

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 Junho de 2015					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.	PESO %
Remunerações certas e permanentes	2 605 525	1 302 763	1 317 045	-14 283	101,10%	78,96%
Abonos variáveis ou eventuais	94 800	47 400	41 889	5 511	88,37%	2,51%
Segurança social	764 100	382 050	309 084	72 966	80,90%	18,53%
Total	3 464 425	1 732 213	1 668 018	64 195	96,29%	100,00%

A execução desta despesa não apresenta desvios significativos uma vez que estavam considerados no orçamento inicial os 24 funcionários que passaram para o Município em Janeiro de 2015.

Aquisição de Bens e Serviços

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 Junho de 2015					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.	PESO %
Aquisição de bens	1 167 026	583 513	322 315	261 198	55,24%	15,22%
Aquisição de serviços	4 156 754	2 078 377	1 795 474	282 903	86,39%	84,78%
Total	5 323 780	2 661 890	2 117 789	544 101	79,56%	100,00%

Os desvios nestas rubricas face ao previsto no orçamento têm essencialmente a ver com o facto de não estarem a ser registados em termos orçamentais os custos da água (bens) e saneamento (serviços) debitados pela AZC e previstos em parte no orçamento.

Juros e Outros Encargos

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 Junho de 2015					
	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO - 6 mese	EXECUÇÃO	DESVIO	GRAU DE EXEC.	PESO %
Juros da dívida pública	68 000,00	34 000,00	30 337,53	3 662,47	89,23%	99,08%
Juros de locação financeira	6 650,00	3 325,00	281,60	3 043,40	8,47%	0,92%
Total	74 650,00	37 325,00	30 619,13	6 705,87	82,03%	100,00%

Os desvios nesta classe não são significativos.

Transferências Correntes

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 Junho de 2015					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.	PESO %
Administração central	23 800	11 900	0	11 900	0,00%	0,00%
Administração local	106 000	53 000	51 541	1 459	97,25%	20,68%
Segurança Social	6 000	3 000	0	3 000	0,00%	0,00%
Instituições sem fins lucrativos	357 400	178 700	176 103	2 597	98,55%	70,66%
Famílias	25 000	12 500	21 586	-9 086	172,68%	8,66%
Total	518 200	259 100	249 230	9 870	96,19%	100,00%

Despesa executada sem desvios face ao previsto. Maior impacto das transferências para instituições sem fins lucrativos realizadas no âmbito de protocolos celebrados.

Aquisição de Bens de Capital

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 Junho de 2015					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.	PESO %
Investimentos	5 152 500	2 576 250	1 203 373	1 372 877	46,71%	98,43%
Locação financeira	42 550	21 275	19 185	2 090	90,18%	0,00%
Bens de domínio público	5 000	2 500	0	2 500	0,00%	0,00%
Total	5 200 050	2 600 025	1 222 558	1 377 467	47,02%	100,00%

A aquisição de bens de capital está aquém dos valores orçamentados, sobretudo devido à baixa execução em grandes obras devido aos constrangimentos dos fundos disponíveis.

Transferências de Capital

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 Junho de 2015					
	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO	DESVIO	GRAU DE EXEC.	PESO %
Administração local	375 250	187 625	127 366	60 259	67,88%	66,41%
Segurança Social	62 300	31 150	45 709	-14 559	146,74%	23,83%
Instituições sem fins lucrativos	84 200	42 100	18 700	23 400	44,42%	9,75%
Total	521 750	260 875	191 775	69 100	73,51%	100,00%

A execução está abaixo dos valores previstos em orçamento.

Passivos Financeiros

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 Junho de 2015					
	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO	DESVIO	GRAU DE EXEC.	PESO %
Empréstimos a curto prazo	800 000	400 000	0	400 000	0%	0%
Empréstimos a médio longo prazo	405 000	202 500	199 250	3 250	98%	100%
Total	1 205 000	602 500	199 250	403 250	33%	100%

O empréstimo de curto-prazo terá de ser reembolsado até ao fim do ano.

Os empréstimos de médio e longo prazo apresentam uma execução em linha com o previsto, uma vez que as prestações estão definidas.

RÁCIOS ORÇAMENTAIS

Apresentamos no quadro seguinte os rácios orçamentais analisado bem como a respetiva leitura:

	30/06/2014	31/12/2014	30/06/2015	OBSERVAÇÕES
RECEITA TOTAL / DESPESA TOTAL	112,07%	109,49%	124,94%	Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais
RECEITAS CORRENTES / RECEITA TOTAL	81,27%	82,82%	69,34%	Mede o peso das receitas correntes no total de receitas cobradas
RECEITA CORRENTE / DESPESA CORRENTE	116,68%	127,16%	120,69%	Mede a capacidade das receitas correntes cobradas cobrirem as despesas correntes pagas
IMPOSTOS DIRECTOS / RECEITAS CORRENTES	12,81%	9,92%	12,91%	Mede o peso dos impostos directos no total das receitas correntes
RECEITAS CAPITAL / RECEITA TOTAL	6,40%	10,77%	17,04%	Mede o peso das receitas de capital no total de receitas cobradas
RECEITA CAPITAL / DESPESA CAPITAL	32,68%	41,11%	75,46%	Mede a capacidade das receitas de capital cobradas cobrirem as despesas de capital pagas
PASSIVOS FINANCEIROS / RECEITAS CAPITAL	0,00%	41,42%	70,04%	Mede o peso dos passivos financeiros no total das receitas de capital
PASSIVOS FINANCEIROS / RECEITA TOTAL	0,00%	4,46%	11,94%	Mede o peso dos passivos financeiros no total de receitas cobradas
DESPESAS CORRENTES / DESPESA TOTAL	78,06%	71,31%	71,78%	Mede o peso das despesas correntes no total de despesas pagas
DESPESAS CAPITAL / DESPESA TOTAL	21,94%	28,69%	28,22%	Mede o peso das despesas de capital no total de despesas pagas
DESPESAS PESSOAL / RECEITAS CORRENTES	27,36%	33,95%	27,36%	Permite evidenciar a relação entre as despesas de pessoal com o total das receitas correntes
DESPESAS PESSOAL / DESPESA TOTAL	30,72%	30,79%	29,17%	Mede o peso das despesas de pessoal no total das despesas pagas
INVESTIMENTOS** / DESPESA TOTAL	12,73%	15,13%	21,38%	Mede o peso das despesas de investimentos no total das despesas pagas

VI - PAGAMENTOS EM ATRASO

Verificámos ainda que, de acordo com o previsto no artigo 94.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2014), o Município cumpriu com a redução semestral, dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no SIAL em setembro de 2013.

De acordo com o mapa de pagamentos em atraso calculado pela DGAL com referência a 30-06-2015 o Município não apresenta pagamentos em atraso.

VII - DÍVIDA TOTAL (CONCEITO DA LEI N.º 73/2013 DE 03/09)

De acordo com Lei n.º 73/2013 de 03/09, que revoga a Lei n.º 2/2007, os municípios que ultrapassem o limite da dívida total (1,5 vezes a média receita corrente líquida cobrada do três últimos exercícios) devem recorrer a um dos mecanismos de recuperação financeira previstos: saneamento financeiro ou recuperação financeira. O recurso facultativo ou obrigatório a um daqueles mecanismos deve ser da seguinte forma:

	Dívida total em relação à média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos exercícios	Saneamento Financeiro	Recuperação Financeira
1	≥ 1 e $\leq 1,5$	FACULTATIVO	-
2	$> 0,75$ (dívida total excluindo empréstimos)	OBRIGATÓRIO	-
3	$> 1,5$ e $< 2,25$	OBRIGATÓRIO	-
4	$\geq 2,25$ e ≤ 3	OBRIGATÓRIO	FACULTATIVO
5	> 3	-	OBRIGATÓRIO

A 30 de Junho de 2015 sem considerar o efeito das eventuais responsabilidades que poderão decorrer do desfecho de algumas contingências e da dívida total das entidades a que se refere o artigo 54.º da Lei n.º 73/2013 de 03/09, não se encontra em situação passível de recurso a um dos mecanismos de recuperação financeira referidos no art.º 57º da mesma Lei.



RECEITA CORRENTE COBRADA LÍQUIDA

ANO	VALOR
2012	7 184 877,04
2013	8 881 887,52
2014	9 281 843,71
MÉDIA ENTRE 2012 E 2014	8 449 536

- Limite da Dívida = 12.674.304 € ($1,5 \times$ média receita corrente líquida cobrada)
- Dívida Total = 6.388.040 €
- Margem = 6.286.264 €

A referida dívida total do Município de Pinhel representa 0,76 vezes a média da receita corrente líquida cobrada do 3 últimos anos.